

---

**PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0005249-73.2011.2.00.0000**

**Requerente:** Karine Maria de Souza e Silva

José Rodrigues Nazário

**Requerido:** Tribunal Regional Federal 1ª Região

---

**VOTO**

Presentes os requisitos, conheço do recurso.

Em que pesem, no entanto, suas considerações, não vejo como acolhê-lo, eis que não se extrai das razões apresentadas pelo recorrente qualquer fato novo capaz de justificar a alteração dos fundamentos consignados no *decisum*, exarado nos seguintes termos:

*“A questão sub examine restou definitivamente analisada pelo Plenário desta Casa, em recente decisão unânime proferida na 137ª Sessão Ordinária (25/10/11), por ocasião do julgamento dos Procedimentos de Controle Administrativo nº 0004994-18.2011.2.00.0000, nº 0004995-03.2011.2.00.0000, nº 0005033-15.2011.2.00.0000, nº 0005082-56.2011.2.00.0000, nº 0005164-87.2011.2.00.0000 e nº 0005178-71.2011.2.00.0000, de Relatoria do e. Conselheiro WELLINGTON CABRAL SARAIVA, em acórdão assim ementado:*

**“PROCEDIMENTOS DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS. CONCURSO NACIONAL DE REMOÇÃO POR PERMUTA. EXIGÊNCIA TEMPORAL DE EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES NA LOCALIDADE INICIAL. CLÁUSULA DE PERMANÊNCIA APENAS DO TRF/3ª REGIÃO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. LEI No 8.112/90, ART. 36. CONSTITUIÇÃO, ART. 5º, CAPUT E INC. I.**

*1. Pretensão de servidores de participar do concurso nacional de remoção por permuta de 2011, realizado pelo Conselho da Justiça Federal, independentemente do tempo de exercício na unidade judiciária em que foram nomeados originariamente.*

*2. O edital do concurso nacional de remoção de 2011 não estabelece tal exigência temporal, e o **Conselho da Justiça***

**Federal, órgão a que cabe a supervisão orçamentária e administrativa da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante (Constituição, art. 105, parágrafo único, II), afirma não existir na Lei no 8.112/90, na Portaria Conjunta no 3/2007, na Resolução no 3/2008, do Conselho, ou no edital do concurso nacional de remoção de 2011, dispositivo que vede a remoção de servidor em estágio probatório.**

4. O Superior Tribunal de Justiça (recursos ordinários em mandado de segurança no 22.055/RS e no 23.428/RS) decidiu que o estabelecimento de vedação de participação de servidores em estágio probatório situa-se no âmbito de discricionariedade conferida aos órgãos de suas lotações. Por outro lado, **o Plenário deste Conselho (PCA no 004717-02.2011.2.00.000), em decisão liminar, afastou o tempo de exercício mínimo do servidor no órgão de lotação original para pleitear remoção interna no TRF/1a Região.**

5. **Independentemente do juízo acerca da legalidade da exigência, neste caso ela não pode prevalecer, por força do princípio da isonomia. Não se pode admitir concurso nacional com regras diferentes apenas para servidores de determinados Estados ou órgãos administrativos. O discrimen não se justifica.** Esse tratamento díspar inadmissível ocorre pelo fato de apenas os servidores do TRF/3a Região precisarem submeter-se ao requisito de permanência mínima na lotação de origem, ao passo que os dos outros quatro TRFs não precisam atender a essa exigência.

*Procedência dos pedidos.”*

Tal decisão tomou por base os fundamentos que justificaram a concessão de liminar nos autos do PCA nº 0004717-02.2011.2.00.0000, da Relatoria do e. Conselheiro Sílvio Rocha, ratificada, à unanimidade, pelo Plenário deste Conselho Nacional na 134ª Sessão Ordinária (13/09/2011) nos seguintes termos:

**“EMENTA. CONCURSO DE REMOÇÃO. INTERSTÍCIO DE 36 MESES. EXIGÊNCIA NOVA. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA.**

A Administração pode alterar as regras que disciplinam as relações laborais dos servidores públicos, mas as novas regras devem se compatibilizar com o princípio da segurança jurídica, especialmente por força do que dispõe o artigo 2º, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 9.784, de 1999, que exige da Administração Pública uma “atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé”.

**A conciliação dessas duas ideias princípios - alteração unilateral das relações laborais e segurança jurídica - pode dar-se em torno da incidência da regra ora questionada para o futuro e não para as situações pretéritas ou presentes.**

***Destarte, o período mínimo de permanência de 3 (três) anos na subseção, como critério para pleitear a remoção, pode ser exigido dos requerentes do IV Concurso para uma segunda remoção e não para a primeira.***

***Provimento parcial aos pedidos de providência formulados para afastar os efeitos do artigo 4º da Resolução PRESI/CENAC nº 12 tão somente na primeira remoção e, com isso, assegurar aos requerentes o direito de inscreverem-se e participarem do procedimento de remoção para as subseções judiciais por eles indicadas, independentemente do transcurso de 36 meses da entrada em exercício.”***

Nessas ocasiões, entendeu-se que os requerentes, como foram nomeados para as subseções que indicaram no ato de inscrição no concurso, não estavam sujeitos a prazo mínimo de permanência na subseção inicial para pleitearem a remoção (hipótese só prevista para os servidores lotados em subseções distintas daquelas indicadas no ato de inscrição do certame no qual foram aprovados).

Dessa forma, consoante vem decidindo o Plenário deste Conselho Nacional de Justiça, não há dúvida de que o art. 4º da resolução combatida, ao determinar que “o servidor com investidura inicial no cargo só poderá concorrer à remoção, na modalidade do PSPR, depois de transcorridos 36 meses da entrada em exercício”, alterou as regras constantes do edital do concurso.

É certo que a Administração pode alterar as normas que disciplinam as relações laborais dos servidores públicos, mas as novas regras devem se compatibilizar com o princípio da segurança jurídica, especialmente por força do que dispõe o artigo 2º, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 9.784, de 1999, que exige da Administração Pública uma “atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé”.

A esse respeito, consoante brilhantemente consignou o e. Conselheiro Sílvio Rocha na decisão proferida no PCA nº 004717-02.2011.2.00.000, que trata exatamente da mesma questão discutida nos presentes autos, “a conciliação dessas duas ideias princípios - alteração unilateral das relações laborais e segurança jurídica - pode dar-se em torno da incidência da regra ora questionada para o futuro e não para as situações pretéritas ou presentes. Destarte, o período mínimo de permanência de 3 (três) anos na subseção, como critério para pleitear a remoção, pode ser exigido dos requerentes do IV Concurso para uma segunda remoção e não para a primeira”.

Com essas considerações e com base no disposto no art. 25, inciso XII do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, defiro monocraticamente o pedido para, na linha do que já decidiu o Plenário desta Casa

*nos precedentes acima mencionados, afastar os efeitos do artigo 4º da Resolução PRESI/CENAC nº 12, tão somente na primeira remoção, e, com isso, assegurar aos requerentes o direito de inscreverem-se e participarem do procedimento de remoção para as subseções judiciais por eles indicadas, independentemente do transcurso de 36(trinta e seis) meses da entrada em exercício.”*

Assevera o recorrente que a decisão mencionada como paradigma foi proferida em sede de medida liminar, cujo mérito acabou não sendo confirmado pelo Plenário.

De fato, a questão posta nestes autos foi, durante algum tempo, objeto de controvérsia, o que provocou algumas decisões conflitantes até ser finalmente pacificada pelo Colegiado, por ocasião do julgamento do PCA nº 4959-58, na 143ª Sessão Ordinária, quando então restou definitivamente decidida nos seguintes termos:

*“(…) Os requerentes foram nomeados para as subseções indicadas por eles no ato de inscrição no concurso, de modo que, pelas regras do edital, não estavam sujeitos a prazo mínimo de permanência na subseção para pleitearem a remoção.*

*Estavam sujeitos a prazo mínimo de permanência na subseção inicial a que foram lotados, apenas os candidatos nomeados para subseções distintas daquelas indicadas no ato de inscrição. (...)*

*Destarte, o período mínimo de permanência de 3 (três) anos na subseção, como critério para pleitear a remoção, pode ser exigido dos requerentes do IV Concurso para uma segunda remoção e não para a primeira.*

*Posto isso, **dou provimento parcial aos pedidos** de providência formulados **para afastar os efeitos do artigo 4º da Resolução PRESI/CENAC nº 12 tão somente na primeira remoção e, com isso, assegurar aos requerentes o direito de inscreverem-se e participarem do procedimento de remoção para as subseções judiciais por eles indicadas, independentemente do transcurso de 36 meses da entrada em exercício.***

Ainda que, à época da decisão monocrática, a questão ainda não tivesse sido pacificada, após a deliberação deste Colegiado na 143ª Sessão Ordinária restaram completamente esvaziadas as alegações vertidas na peça recursal, uma vez que a matéria em desate acabou sendo definitivamente decidida pelo Plenário desta Casa.

Na oportunidade, este Conselho Nacional de Justiça decidiu que, embora a Administração possa alterar livremente as regras que disciplinam as relações laborais dos servidores públicos, as alterações só terão efeitos ex nunc, não podendo alcançar as situações pretéritas ou presentes, sob pena de malferimento aos princípios da segurança jurídica.

Assim, a previsão de um período mínimo de 3 (três) anos de permanência na subseção, instituída pelo art. 4º da Resolução PRESI/CENAC nº 12 como critério para pleitear

a remoção, só pode ser exigida dos requerentes no caso de uma segunda remoção e não logo na primeira.

Dessa forma, não tendo o recorrente trazido aos autos qualquer fato novo capaz de alterar a situação analisada ou de justificar seu reexame com a modificação do posicionamento anteriormente externado, nego provimento ao presente recurso e mantenho a r. decisão monocrática proferida, para assegurar aos requerentes o direito de inscreverem-se e participarem do procedimento de remoção para as subseções judiciárias por eles indicadas, independentemente do transcurso de 36 (trinta e seis) meses da entrada em exercício.

É como voto.

**BRUNO DANTAS**  
**Conselheiro**

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por BRUNO DANTAS em 27 de Março de 2012 às 19:13:50

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:  
c5485677b9c6362c884658d11f53a9d4



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**29/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**29/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**30/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**30/03/2014 00:00:00**

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **220422**



12041018101200000000000219714